



BANCO SUMITOMO MITSUI
BRASILEIRO S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS **2019**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
e semestre findo em 31 de dezembro de 2019



BANCO SUMITOMO MITSUI
BRASILEIRO S.A.

C.N.P.J. 60.518.222/0001-22
Associado ao SUMITOMO MITSUI BANKING CORPORATION - Tokyo
Japão - Sede: Avenida Paulista nº 37 - 11º e 12º andares - São Paulo
Fax nº 0xx11 - 3178-8194 - Telefone: 0xx11 - 3178-8000
Ouvidoria: 0800.722.2762 - Sac: 0800.722.0248
www.smbcgroup.com.br

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	2
BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO	3
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	3
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	4
RELATÓRIO SEMESTRAL DAS ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA 2º SEMESTRE DE 2019	11
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, cujo lucro acumulado no exercício foi de R\$ 38.584 (R\$ 42.875 em 31 de dezembro de 2018), os ativos totais, R\$ 7.246.914 (R\$ 6.804.963 em 31 de dezembro de 2018) e a carteira de crédito R\$ 1.537.427 (1.047.719) mil em 31 de dezembro de 2018). Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que se acharem necessários, informando ainda que, todos os documentos contábeis suporte dessas demonstrações financeiras se encontram na sede deste estabelecimento.

São Paulo, 30 de março de 2020

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2019		2018	
		2019	2018	2019	2018
Circulante		4.586.343	4.638.413		
Disponibilidades	4	45.607	49.279		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	2.121.027	2.855.901		
Aplicações no mercado aberto		1.490.190	1.790.436		
Aplicações em depósitos interfinanceiros		364.839	301.887		
Aplicações em moeda estrangeira		265.998	763.578		
Titulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		383.284	593.078		
Carteira própria	6.a	271.562	458.821		
Vinculados Prestação de Garantias	6.d	60.224	125.956		
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	51.498	8.301		
Relações interfinanceiras		201.730	41.325		
Depósitos no Banco Central		1.750	1.788		
Pagamentos e recebimentos a liquidar		-	58		
Repasse interfinanceiros	7	200.028	39.483		
Provisão para perdas em Repasse Interfinanceiros	7	(48)	(4)		
Operações de crédito	8	843.625	615.869		
Setor privado		844.704	616.578		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(1.079)	(709)		
Outros créditos		989.861	481.668		
Carteira de câmbio	9	955.349	471.958		
Rendas a receber		1.540	2.547		
Negociação e Intermediação de Valores		11.302	1.653		
Diversos	10	23.300	5.544		
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(1.630)	(34)		
Outros valores e bens	11	1.209	1.293		
Despesas antecipadas		1.172	1.258		
Material em estoque		37	35		
Realizável a Longo Prazo		2.653.132	2.157.222		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	337.887	348.815		
Aplicações em depósitos interfinanceiros		337.887	348.815		
Titulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		2.083.714	1.209.221		
Carteira própria	6.a	1.637.620	731.158		
Vinculados Prestação de Garantias	6.d	438.879	465.042		
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	7.215	13.021		
Relações Interfinanceiras	7	-	191.743		
Repasse interfinanceiros		-	191.773		
Provisão para perdas em Repasse Interfinanceiros		-	(30)		
Operações de crédito	8	187.670	351.862		
Setor privado		187.999	352.603		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(329)	(741)		
Outros créditos		43.861	55.321		
Diversos	10	43.861	55.321		
Outros valores e bens	11	-	259		
Despesas antecipadas		-	259		
Permanente		7.439	9.328		
Investimentos		123	123		
Outros investimentos no país		123	123		
Imobilizado de uso	12.a	1.829	2.685		
Outras imobilizações de uso		9.540	9.595		
Depreciações acumuladas		(7.711)	(6.910)		
Intangível	12.b	5.487	6.520		
Ativos Intangíveis		16.842	16.373		
Amortizações acumuladas		(11.355)	(9.853)		
Total do Ativo		7.246.914	6.804.963		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					
Passivo					
Circulante		4.861.390	3.618.118		
Depósitos	13	2.223.803	2.177.316		
Depósitos à vista		76.100	97.032		
Depósitos interfinanceiros		2.090	19.088		
Depósitos a prazo		2.145.613	2.060.273		
Depósitos em moeda estrangeira		-	923		
Relações interdependências		22.848	44.476		
Recursos em trânsito de terceiros		22.848	44.476		
Obrigações por empréstimos	15.a	1.093.657	388.354		
Empréstimos no exterior		1.093.657	388.354		
Obrigações por repasse do exterior	15.b	727.729	449.889		
Repasse do exterior		727.729	449.889		
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	177.046	17.449		
Instrumentos financeiros derivativos		177.046	17.449		
Outras obrigações		616.307	540.634		
Cobrança e arrecadação de tributos e semelhantes		346	308		
Carteira de câmbio	9	460.524	398.862		
Sociais e estatutárias	18.b	3.659	3.126		
Fiscais e previdenciárias	16.a	54.961	53.278		
Negociação e intermediação de valores		11.033	6.362		
Dívidas subordinadas	16.c	-	5.908		
Diversos	16.b	85.784	72.790		
Exigível a Longo Prazo		596.388	2.200.170		
Obrigações por repasse no país	15.c	-	5.924		
Repasse no país - BNDES/FINAME		-	5.924		
Obrigações por repasse do exterior	15.b	593.145	1.308.349		
Repasse do exterior		593.145	1.308.349		
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	834	109.552		
Intrumentos financeiros derivativos		834	109.552		
Outras obrigações		2.409	776.345		
Dívidas subordinadas	16.c	-	774.960		
Diversos	16.b	2.409	1.385		
Resultado de Exercícios Futuros		3.540	3.715		
Resultados de exercícios futuros		3.540	3.715		
Patrimônio Líquido		1.785.596	982.960		
Capital Social	18	1.559.699	793.819		
De domiciliados no país		2	2		
De domiciliados no exterior		1.559.697	793.817		
Reservas de lucros		226.177	187.590		
Hedge de Fluxo de Caixa		2.030	-		
Ajuste ao valor de mercado - Titulos e valores mobiliários	6.a	(13)	(628)		
Ajuste Passivos Atuariais	24	(12.132)	(6.440)		
Ajustes variação cambial investimento no exterior		9.835	8.619		
Total do Passivo		7.246.914	6.804.963		

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
e semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota explicativa	2019 2º semestre	2019 Exercício	2018 Exercício
Receitas da intermediação financeira		342.162	480.367	688.216
Operações de crédito	20.a	49.504	80.201	154.223
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	20.b	157.812	311.295	243.432
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	20.c	90.398	50.705	156.264
Resultado de operações de câmbio	20.d	44.448	38.166	134.297
Despesas da intermediação financeira		(261.667)	(325.383)	(539.204)
Operações de captação no mercado	20.e	(52.030)	(112.205)	(138.535)
Operações de empréstimos e repasses	20.f	(208.873)	(211.624)	(411.691)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.e	(764)	(1.554)	11.022
Resultado bruto da intermediação financeira		80.495	154.984	149.012
Outras receitas (despesas) operacionais		(43.699)	(84.419)	(69.298)
Receitas de prestação de serviços	20.g	19.200	34.874	32.497
Despesas de pessoal	20.h	(32.308)	(63.733)	(68.160)
Outras despesas administrativas	20.i	(20.295)	(42.569)	(33.394)
Despesas tributárias	20.j	(5.796)	(15.595)	(10.474)
Outras receitas operacionais	20.k	1.935	11.743	16.757
Outras despesas operacionais	20.l	(6.435)	(9.139)	(6.524)
Resultado operacional		36.796	70.565	79.714
Resultado não operacional	20.m	60	241	138
Resultado antes da tributação		36.856	70.806	79.852
Imposto de renda e contribuição social	19	(14.094)	(29.427)	(34.435)
Imposto de Renda		(7.839)	(16.063)	(13.941)
Contribuição Social		(4.751)	(9.569)	(11.198)
Ativo Diferido Fiscal		(1.504)	(3.795)	(9.296)
Participações estatutárias		(1.623)	(2.795)	(2.542)
Lucro líquido do semestre/exercício		21.139	38.584	42.875
Quantidade de ações		758.820	1.559.699	793.820
Lucro por lote de mil ações - R\$		27.86	24.74	54.01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2019
e semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	Banco	2019 2º semestre	2019 Exercício	2018 Exercício
Lucro Líquido Ajustado		36.024	112.321	75.888
Resultado do semestre e exercício		21.139	38.587	42.875
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		14.885	73.734	33.013
Ajuste ao Valor de Mercado de T.V.M e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/Passivos)		(5.748)	28.118	(2.597)
Resultado em Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		(3.444)	2.660	7.636
Ajuste de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		764	1.554	(11.022)
Ajuste de Provisão (reversão) para Operações Interfinanceiras		2	13	(1.778)
Ajuste de Provisão (reversão) para garantias financeiras prestadas		1.331	860	(98)
Depreciações e Amortizações		1.308	2.646	2.362
Ajuste de Provisão para Riscos Fiscais		334	520	403
Ajuste de Provisão para Passivos Contingentes		4.174	5.146	4.180
Tributos Diferidos		1.651	2.277	8.471
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social		12.590	25.632	25.710
Atualização Monetária/Reversão de Depósitos Judiciais		(245)	(572)	507
Provisões/Reversões para Gratificação de Pessoal		2.226	257	1.243
Outros		(58)	4.623	(2.004)
Variação de Ativos e Obrigações		(283.709)	(1.826.053)	720.806
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		424.036	86.274	(237.902)
(Aumento) Redução em TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/Passivos)		(509.648)	(617.212)	(423.974)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)		(40.707)	9.697	393.357
(Aumento) Redução em Operações de Crédito		(84.866)	(64.050)	693.402
(Aumento) Redução em Operações da Carteira de Câmbio e Negociação e Intermediação de Valores (Ativos/Passivos)		(67.864)	(426.707)	201.236
(Aumento) Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens		338	(3.146)	(403)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		(6.133)	(26.462)	(18.464)
(Redução) Aumento em Outras Obrigações		1.135	(784.447)	113.554
Disponibilidades Líquidas provenientes ou aplicadas nas atividades operacionais		(247.685)	(1.713.732)	796.694
(Aquisição) Alienação de Imobilizado Intangível		(412)	(735)	(5.370)
(Aquisição) Alienação de Imobilizado de Uso		232	55	(162)
Disponibilidades Líquidas provenientes ou aplicadas nas atividades de investimentos		(180)	(680)	(5.532)
Integralização de Capital		-	765.880	35.000
Pagamento de Juros sobre Capital próprio		-	-	(35.000)
Aumento (Redução) em Depósitos		297.033	46.486	18.757
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		-	-	(218.092)
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		(840.392)	239.324	16.848
Disponibilidades Líquidas provenientes ou aplicadas nas atividades de financiamentos		(543.359)	1.051.690	(182.487)
Aumento/(Redução) das Disponibilidades		(791.224)	(662.722)	608.674
Disponibilidades no Início do Período		39.188	49.279	31.275
Equivalente de Caixa no Início do Período		2.692.607	2.554.014	1.963.344
Total das disponibilidades e equivalente de caixa no início do período		2.731.795	2.603.293	1.994.619
Disponibilidades no Final do Período		45.607	45.607	49.279
Equivalente de Caixa no Final do Período		1.894.964	1.894.964	2.554.014
Total das disponibilidades e equivalente de caixa no final do período		1.940.571	1.940.571	2.603.293
Variações em Disponibilidades Líquidas e Equivalente de Caixa no período		(791.224)	(662.722)	608.674

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital realizado	Reserva Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017		758.819	9.187	135.528	(70)	898.894
Aumento Capital		35.000	-	-	-	35.000
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos		-	-	(558)	-	(558)
Ajuste passivos atuariais		-	-	-	(1.118)	(1.118)
Ajuste variação cambial Investimentos no Exterior Resolução 4.524		-	-	-	7.867	7.867
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	42.875
Reserva legal	18.c	-	2.144	-	-	(2.144)
Reserva estatutária	18.d	-	-	40.731	-	(40.731)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		793.819	11.331	176.259	(628)	982.960
Aumento Capital		765.880	-	-	-	765.880
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos		-	-	615	2.030	2.645
Ajuste passivos atuariais		-	-	-	(5.692)	(5.692)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	38.587
Reserva legal	18.c	-	1.929	-	-	(1.929)
Reserva estatutária	18.d	-	-	36.658	-	(36.658)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		1.559.699	13.260	212.917	(13)	1.785.596
Saldos em 30 de junho de 2019		1.559.699	11.331	176.259	(152)	1.770.683
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos		-	-	139	(2.117)	(1.978)
Ajuste passivos atuariais		-	-	-	(5.692)	(5.692)
Ajuste variação cambial Investimentos no Exterior Resolução 4.524		-	-	-	-	1.444
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	21.139
Reserva legal	18.c	-	1.929	-	-	(1.929)
Reserva estatutária	18.d	-	-	36.658	-	(36.658)
Saldos em 31 de Dezembro de 2018		1.559.699	13.260	212.917	(13)	1.785.596

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**(Em milhares de Reais)****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. ("Banco") está constituído como banco múltiplo, operando as carteiras comercial, inclusive operações de câmbio e de investimento, nos termos da Resolução nº 1.524/88 do Conselho Monetário Nacional - CMN. Em 18 de janeiro de 2012, o Banco recebeu autorização do Banco Central do Brasil, para a instalação de uma agência nas Ilhas Cayman. A documentação de aprovação para a instalação da agência foi emitida em 08 de janeiro de 2013. O Banco iniciou efetivamente, as atividades operacionais na agência em setembro de 2013. Os saldos contábeis das dependências no exterior estão contemplados nas demonstrações financeiras.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações, consideram as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941/08, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: • Resolução CMN nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos (CPC 01); • Resolução CMN nº 3.604/08 - Demonstração dos fluxos de caixa (CPC 03); • Resolução CMN nº 3.750/09 - Divulgação de partes relacionadas (CPC 05); • Resolução CMN nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25); • Resolução CMN nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24); • Resolução CMN nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações (CPC 10); • Resolução CMN nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23); • Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1); • Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a empregados (CPC 33); • Resolução CMN nº 4.524/16 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02); • Resolução CMN nº 4.534/16 - Ativo Intangível (CPC 04); • Resolução CMN nº 4.535/16 - Ativo Imobilizado (CPC 27). A autorização para emissão das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2019 foi concedida pela Diretoria em 30 de março de 2020.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O Banco adota as seguintes principais práticas contábeis na elaboração de suas demonstrações financeiras: **a. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional e de apresentação do Banco é o Real. As operações realizadas pela agência no exterior (Cayman) possuem como moeda funcional Dólar, porém para efeito da apresentação e consolidação no Banco o valor é convertido para reais de acordo com a taxa de câmbio de venda informada pelo Banco Central do Brasil. O efeito da variação cambial resultante da conversão de transações em moeda estrangeira e de demonstrações financeiras investidas no exterior são registradas em contas destacadas do patrimônio líquido de acordo com a resolução CMN nº 4.524/16. **b. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério "pro rata die" para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. **c. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, estrangeira e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **d. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **e. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias: • **Títulos para negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício. • **Títulos disponíveis para venda** - Títulos e valores mobiliários que não se enquadram na categoria de títulos para negociação nem são mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. • **Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos e valores mobiliários para os quais há intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **Instrumentos financeiros derivativos:** O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando à proteção das variações de preços de mercado e diluição de riscos de moedas e de taxas de juros de seus ativos e passivos e fluxos de caixa contratados por prazos, taxas e montantes compatíveis. Instrumentos Financeiros Derivativos são usados como ferramenta de transferência de risco com o objetivo de cobertura das posições das carteiras de não negociação (*Banking Book*) e de negociação (*Trading Book*). Adicionalmente, derivativos de alta liquidez transacionados em Bolsa de Valores são usados, dentro dos limites estreitos e periodicamente revistos, com o objetivo de gerenciar exposições na carteira de negociação. Visando administrar os riscos decorrentes, foram determinados limites internos para exposição global e por carteiras. Esses limites são acompanhados diariamente. Considerando a eventual possibilidade de existência de limites excedidos em decorrência de situações não previstas, a administração definiu políticas internas que implicam na imediata definição das condições de realinhamento. Esses riscos são monitorados por área independente das áreas operacionais e são reportados diariamente à alta administração. De acordo com a Circular BACEN nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002, e a Carta-Circular BACEN nº 3.026, de 05 de julho de 2002, os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de *Swap* e *Non Deliverable Forward* ("NDF") e também Futuros, contabilizados com os seguintes critérios: - Operações com futuros: Os ajustes diários são contabilizados em conta de ativo e passivo e apropriados diariamente como receitas e despesas. - Operações *Swap* e *Non Deliverable Forward*: Diferencial a receber ou a pagar contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata die" até a data do balanço. As operações com instrumentos derivativos, efetuadas por solicitação de clientes ou por conta própria, que atendam ou não aos critérios de proteção (*hedge*) à exposição global de riscos e que não caracterizem como operações associadas de acordo com as premissas divulgadas pela circular nº 3.150/2002 do BACEN, são avaliadas pelo valor de mercado, contabilizando a valorização ou desvalorização conforme segue: • Instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge*, em conta de receita ou despesa, no resultado do exercício. • Instrumentos financeiros considerados como *hedge*: - De risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge* e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do exercício. - De fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. - No momento da designação inicial do *hedge*, o Banco formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e

a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*, considerando métodos de cálculo convencionais. O Banco faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, como continuamente, se existem uma expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor de mercado dos respectivos itens objeto e *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80-125 por cento. **f. Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, conforme política do Banco que leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à cada operação, seus devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda). O Banco possui políticas e procedimentos definidos para concessão de crédito, aprovados por seu Comitê de Crédito e incorporados aos sistemas de controles internos do Banco. Tais políticas e procedimentos determinam a necessidade de avaliação de dados dos clientes para definição do "Obrigor Grade" - "grading" do cliente, considerando os aspectos qualitativos e quantitativos. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. O Banco contabiliza provisão sobre as garantias prestadas e operações de fianças, utilizando como critério, as mesmas políticas, observando, no mínimo, as premissas estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à cada operação e seus devedores, conforme já mencionado acima. **g. Outros ativos circulante e realizável a longo prazo:** São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização. **h. Ativo imobilizado:** É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas até a data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens. As principais taxas anuais de depreciação são 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens. **i. Ativo diferido:** É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização acumulada calculada até a data de encerramento do exercício, amortizados pelo prazo contratual de locação. **j. Ativo intangível:** O ativo intangível corresponde aos gastos com aquisições e desenvolvimentos de sistemas, amortizados linearmente pela taxa anual de 20% e por benfeitorias em imóveis de terceiros que é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização acumulada calculada até a data de encerramento do exercício, amortizados pelo prazo contratual de locação. **k. Redução do valor recuperável de ativos não monetários:** É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período em que forem observados. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*. **l. Atualização monetária de direitos e obrigações:** Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do exercício. **m. Depósitos e captações no mercado aberto:** Os depósitos e as captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die". **n. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, a qual aprovou o CPC nº 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os critérios utilizados pela administração para mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes são: • **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização. • **Contingências passivas** - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando da existência de uma obrigação presente como resultado de um evento passado e com base na opinião de assessores jurídicos e da administração for considerado provável uma saída de recurso que incorporem os benefícios econômicos para liquidar esta obrigação, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Para contingências trabalhistas, as provisões são constituídas a partir da decisão estabelecida em primeira instância em vara trabalhista. • **Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias** - Referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, atualizados com base nos extratos bancários dos mesmos, sem dedução das provisões para passivos contingentes e obrigações legais, em atendimento às normas do BACEN. **o. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor é de 15%. Alíquota esta que passará a ser de 20% a partir de 1º de março de 2020, alteração constante na Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019. Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 31 de dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional que determinam que o Banco deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições: Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência. Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social foram computados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e 20% (*) para contribuição social sobre o lucro e estão apresentados como "Outros créditos - diversos" conforme demonstrado na nota explicativa nº 19b. Os benefícios fiscais provenientes do direito de compensação de outras diferenças temporárias somente são reconhecidos quando efetivamente utilizados, conforme descrito na nota explicativa nº 19c. (*) Apesar da alíquota vigente para CSLL ser de 15%, com previsão legal de alteração para 20% apenas a partir de 01/03/2020,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

adotamos as melhores práticas contábeis e utilizamos a alíquota de 20% tendo em vista que a estimativa de realização dos nossos créditos tributários se dará após essa data. **p. Plano de benefícios a funcionários:** O plano de benefícios pós-empregado compreende o compromisso assumido pelo Banco de complemento dos benefícios do sistema de previdência. **Plano de Benefício Definido:** Para esta modalidade de plano, a obrigação da Patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado. A deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as alterações nas Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. O Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios a empregados como a remoção do mecanismo do corredor no registro das obrigações dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos ativos dos planos (valorizações e desvalorizações). A adoção do referido Pronunciamento se aplica ao exercício iniciado a partir de 1º de janeiro de 2015, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva, como alteração de práticas contábeis. O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados. O Banco Central emitiu em 25 de dezembro de 2015 a Resolução CMN nº 4.424 onde ele define que as instituições financeiras devem observar a partir de 1º de janeiro de 2016 o "Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1)". O Banco adota as premissas e os efeitos da adoção do CPC 33 (R1) desde 2013.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa apresentados na demonstração dos fluxos de caixa estão compostos da seguinte forma:

	2019	2018
Disponibilidades	45.607	49.279
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.894.964	2.554.014
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.940.571	2.603.293

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações no mercado aberto, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, estão compostas como segue:

	2019			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Aplicações no mercado aberto	1.490.190	-	-	1.490.190
Posição bancada	1.490.190	-	-	1.490.190
Letras Tesouro Nacional	1.001.115	-	-	1.001.115
Notas do Tesouro Nacional - Série B	9.000	-	-	9.000
Letras Financeiras do Tesouro	480.075	-	-	480.075
(*) Aplicações de depósitos interfinanceiros	138.776	226.063	337.887	702.726
Não ligadas	138.776	226.063	337.887	702.726
Aplicações em moeda estrangeira	265.998	-	-	265.998
Total	1.894.964	226.063	337.887	2.458.914

	2018			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Aplicações no mercado aberto	1.790.436	-	-	1.790.436
Posição bancada	1.790.436	-	-	1.790.436
Letras Tesouro Nacional	1.240.304	-	-	1.240.304
Notas do tesouro Nacional - Série B	550.132	-	-	550.132
(*) Aplicações de depósitos interfinanceiros	-	301.887	348.815	650.702
Não ligadas	-	301.887	348.815	650.702
Aplicações em moeda estrangeira	763.578	-	-	763.578
Total	2.554.014	301.887	348.815	3.204.716

(*) Os valores apresentados consideram o ajuste a mercado para operações de *hedge accounting*, no montante de R\$ 795 (R\$ 1.273 em 31 de dezembro de 2018), conforme nota explicativa 6.c.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a. Títulos e valores mobiliários: O Banco não adota como estratégia de atuação adquirir títulos e valores mobiliários com o propósito de negociá-los de forma ativa e frequente. Dessa forma, a carteira de títulos e valores mobiliários, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, está classificada na categoria títulos disponíveis para venda e está apresentada como segue:

	2019				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	(*) Ajuste a valor de mercado (atualizado)
Títulos disponíveis para venda					
Carteira própria:					
Letras Financeiras do Tesouro	204.281	66.652	1.637.565	1.908.498	(8)
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	-	55	55	2
Cotas de fundos de participação - FIP	629	-	-	629	(12)
	204.910	66.652	1.637.620	1.909.182	(18)
Vinculados à prestação de garantias					
Letras Financeiras do Tesouro	53.827	6.397	438.879	499.103	(5)
	53.827	6.397	438.879	499.103	(5)
Total	258.737	73.049	2.076.499	2.408.285	(23)

	2018				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	(*) Ajuste a valor de mercado (atualizado)
Títulos disponíveis para venda					
Carteira própria:					
Letras Financeiras do Tesouro	103.616	-	730.486	834.102	4
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	-	55	55	-
Notas Promissórias Comerciais	-	355.205	-	355.205	(1.040)
Cotas de fundos de participação - FIP	-	-	617	617	(24)
	103.616	355.205	731.158	1.189.979	(1.060)
Vinculados à prestação de garantias					
Letras Financeiras do Tesouro	125.956	-	465.042	590.998	12
	125.956	-	465.042	590.998	12
Total	229.572	355.205	1.196.200	1.780.977	(1.048)

(*) Os títulos classificados na categoria disponíveis para venda possuem o valor de ajuste a valor de mercado registrado em contas de patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários são apurados da seguinte forma: **• Títulos indexados a Taxas SELIC e DI** - O valor de mercado é obtido pela atualização do preço unitário de emissão pela SELIC acumulada no período, considerando o ágio ou deságio obtido junto ao mercado. O ágio ou deságio utilizado é

obtido diariamente da expectativa da ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais para cada vencimento no dia anterior ao cálculo. **• Títulos indexados a taxas prefixadas** - O valor de mercado é obtido através da taxa de desconto do(s) fluxo(s) futuro de pagamento do papel. A taxa é apurada através da curva de juros pré da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e em casos de títulos privados adicionado o risco de crédito da contraparte. **• Cotas de fundos de investimentos** - O fundo de investimento é avaliado com base no último valor de cota divulgada pelo respectivo administrador, na data do balanço do patrimônio do respectivo fundo. Os títulos públicos são escriturais e estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia do Banco Central do Brasil (SELIC). As cotas de fundos estão registradas na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP). **b. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos, compostos de operações de *Swap* e *Non Deliverable Forward* - NDF e futuros, encontram-se custodiados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão nas modalidades bolsa e balcão. Abaixo segue os instrumentos financeiros derivativos explanados acima, registrados em contas patrimoniais e de compensação, em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	2019		2018	
	Valor a Receber	Valor a Pagar	Valor Nominal	Valor Nominal
Operações de SWAP	11.136	(121.179)	1.436.841	1.200.753
CDI x DÓLAR	695	(6.481)	210.005	205.005
CDI x LIBOR	-	(44.972)	157.815	157.815
CDI x PRÉ	-	(569)	2.341	5.016
DÓLAR x CDI	319	(58.574)	322.165	333.602
PRÉ x CDI	8.412	-	355.650	130.450
PRÉ x DÓLAR	1.710	(10.336)	199.505	179.505
LIBOR x DÓLAR	-	(247)	189.360	189.360
Operações de NDF	41.106	(48.546)	3.629.549	1.688.850
DÓLAR x DÓLAR	-	-	-	72.446
DÓLAR x PRÉ	17.144	(45.268)	2.522.587	-
EURO x PRÉ	-	-	-	-
PRÉ x DÓLAR	20.584	(3.278)	1.042.686	1.568.808
PRÉ x IENE	3.351	-	62.771	16.288
PRÉ x EURO	27	-	1.505	31.308
Total	52.242	(169.725)	5.068.137	2.889.603

1. Composição de valor nominal por vencimento:

	2019			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Operações de SWAP	141.644	1.102.678	192.519	1.436.841
CDI x PRÉ	276	746	1.319	2.341
PRÉ x CDI	16.400	148.050	191.200	355.650
CDI x LIBOR	-	157.815	-	157.815
PRÉ x DÓLAR	122.196	77.309	-	199.505
CDI x DÓLAR	-	210.005	-	210.005
DÓLAR x CDI	2.772	319.393	-	322.165
LIBOR x DÓLAR	-	189.360	-	189.360
Operações de NDF	1.549.668	1.969.327	110.554	3.629.549
PRÉ x DÓLAR	508.314	442.614	91.759	1.042.686
DÓLAR x PRÉ	1.037.008	1.466.783	18.795	2.522.587
PRÉ x EUR	-	1.505	-	1.505
PRÉ x IENE	4.346	58.425	-	62.771
	1.691.312	3.072.005	303.073	5.066.390

2. Composição do valor nominal por local de negociação:

	2019		2018	
	Bolsa	Balcão	Valor nominal	Valor nominal
Swaps	332.006	1.104.835	1.436.841	1.200.753
NDF	-	3.629.549	3.629.549	1.688.850
Total	332.006	4.734.384	5.066.390	2.889.603

3. Comparação entre valor de custo e o valor de mercado:

Os ajustes diários das operações realizadas em mercado futuro bem como o resultado dos contratos de SWAP e NDF são registrados em receita ou despesa, quando auferidos, e representam seu valor de mercado atualizado.

	2019		2018	
	Valor de Custo	Ajuste a valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Ativo (Receber)	52.242	6.471	58.713	20.176
Operações de SWAP	11.136	8.730	19.866	14.629
Operações de NDF	41.106	(2.259)	38.847	5.547
Passivo (pagar)	(169.725)	(8.155)	(177.880)	(125.855)
Operações de SWAP	(121.179)	(1.032)	(122.211)	(109.764)
Operações de NDF	(48.546)	(7.123)	(55.669)	(16.091)
Total	(117.483)	(1.684)	(119.167)	(105.679)

	2019			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Local de negociação				
B3 S.A Brasil,	2.039.489	2.326.176	1.021.523	5.387.188
Bolsa, Balcão	1.379.579	1.205.029	735.282	3.319.890
Cupom Cambial	113.829	428.882	659.309	1.202.020
Moeda Estrangeira	292.633	-	-	292.633
Taxa de Juros	973.117	776.147	75.973	1.825.237
Venda	659.910	1.121.147	286.241	2.067.298
Cupom Cambial	562.166	997.490	11.754	1.571.410
Moeda Estrangeira	97.744	-	-	97.744
Taxa de Juros	-	123.657	274.487	398.144

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

Local de negociação	2018			
	Valor de referência (contábil)			
	Até 90 dias	De 91 até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
FUTUROS				
Valor referencial				
Compra				
Cupom Cambial	804.790	195.214	1.175.710	2.175.714
Moeda Estrangeira	—	—	—	—
Taxa de Juros	—	223.554	16.820	240.374
Venda				
Cupom Cambial	—	310.288	18.500	328.788
Moeda Estrangeira	306.234	—	—	306.234
Taxa de Juros	205.643	12.163	230.663	448.469

A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é efetuada descontando-se os valores futuros a valor presente pelas curvas de taxas de juros por metodologia de mercado à qual se baseia principalmente em dados divulgados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. O ajuste de marcação a mercado apurados com instrumentos financeiros derivativos referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ (4.420) (R\$ 18.217 em 31 de dezembro de 2018), e registrado em contas de resultado. Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, são influenciados diretamente pelas taxas de juros de mercado praticadas por ocasião de sua negociação, bem como pela variação da taxa do dólar, estão assim compostos.

Instrumentos financeiros derivativos	Resultado					
	2019			2018		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
"Swap"	25.225	(25.159)	66	59.657	(18.803)	40.854
"NDF"	193.538	(152.060)	41.478	46.388	(79.429)	(33.041)
Mercado de Futuros	2.449.817	(2.440.656)	9.161	2.285.885	(2.137.434)	148.451
	2.668.580	(2.617.875)	50.705	2.391.930	(2.235.666)	156.264

c. "Hedge accounting": Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Banco possuía operações com instrumentos financeiros derivativos com o propósito de mitigar o efeito da variação cambial das captações realizadas em moeda estrangeira e operações de crédito pré-fixadas em reais. Tais operações foram designadas como *hedge* contábil e foram segregados entre: • **Hedge de risco de mercado** - destina-se a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de "hedge" e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período. • **Hedge de fluxo de caixa**: destina-se a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto de "hedge" são ajustados pelo valor de mercado na data do balanço. Foi procedida avaliação a valor de mercado da captação em moeda estrangeira com operações de Futuros, designadas instrumentos de "hedge", em conformidade com a Circular BACEN nº 3.082/02. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o banco não possuía operações de Swap como instrumento de "hedge".

c.1 Avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento e indexador - *Hedge* de risco de mercado:

Vencimentos - Valor Mercado - 2019					
Descrição	Indexador	Até 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Total
Futuros	Cupom Cambial	293.340	431.317	—	724.657
Futuros	Taxa de Juros	(32.319)	—	—	(32.319)
Total		261.021	431.317	—	692.338

				2019	2018
Itens Objeto de "hedge"					
Ativo					
Aplicações depósitos interfinanceiros					
Valor atualizado pelas condições pactuadas			31.593	31.543	
Valor do ajuste			(795)	(1.273)	
Valor de mercado			32.388	32.817	

Passivo					
Operações de repasse					
Valor atualizado pelas condições pactuadas			(728.825)	(1.428.894)	
Valor do ajuste			4.076	18.615	
Valor de mercado			(732.901)	(1.410.279)	
Total Valor a mercado Objeto de "hedge"			(700.513)	(1.377.463)	

Instrumentos de "hedge" a mercado					
Ativo					
Futuros			724.658	1.388.167	
Passivo					
Futuros			(32.319)	(32.769)	
Total Valor a mercado Instrumento de "hedge"			692.339	1.355.398	

c.2 Avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento e indexador - *Hedge* de fluxo de caixa:

Vencimentos - Valor Mercado - 2019				
Descrição	Indexador	Até 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos
Futuros	Cupom Cambial	—	260.233	—
Total		—	260.233	—

					2019
Itens Objeto de "hedge"					
Passivo					
Operações de repasse					
Valor atualizado pelas condições pactuadas				(254.513)	
Instrumentos de "hedge"					
Ativo					
Futuros				260.233	
Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa				2.030	

O valor de R\$ 2.030 em Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa será reconhecido no resultado pelo prazo do vencimento do objeto de hedge. d. **Valor e tipo de margem dados em garantia:** O montante de margem depositado em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 tem a seguinte composição:

	Valor de mercado	
	2019	2018
Títulos disponíveis para venda		
Letras Financeiras do Tesouro	341.816	442.575
Total	341.816	442.575

Demais montantes depositados em garantia, incluindo garantia de fiança, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, têm a seguinte composição:

	Valor de mercado	
	2019	2018
Títulos disponíveis para venda		
Letras Financeiras do Tesouro	157.287	148.423
Total	157.287	148.423

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é calculado com base em cotações de preços de mercado ou de agentes de mercado e modelos de precificação desenvolvidos pela administração, que utilizam modelos matemáticos de interpolação de taxas para prazos intermediários.

7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Refere-se a operações de repasse de empréstimo do exterior, à Instituição Financeira no país e no exterior (agência em Cayman), e estão assim demonstradas já considerando as respectivas provisões, os valores provisionados são baseados nas premissas da Resolução CMN nº 2.682/99 e totalizam o montante de R\$ 48 (R\$ 34 em 31 de dezembro de 2018):

	2019	2018
A vencer:		
Até 30 dias	12.179	39.050
De 31 a 60 dias	40.534	375
De 61 a 90 dias	60.642	54
De 91 a 180 dias	60.439	—
De 181 a 360 dias	26.186	—
Acima de 360 dias	—	191.743
Total	199.980	231.222

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações da carteira de operações de crédito, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, estão assim demonstradas:

a. **Por operação:**

Descrição	2019	2018
Conta garantida	3.739	25.340
Resolução nº 3.844 (antiga Resolução nº 63)	121.641	117.070
Repasse de recursos BNDES - FINAME - FINEM e EXIM- Outros	—	5.928
Comprar	23.957	20.304
Capital de giro	556.497	592.966
Financiamentos em moeda estrangeira	32.545	—
Notas de Créditos para Exportação - NCE	294.324	94.281
Total de operações de crédito	1.032.703	969.181
Adiantamento sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 9)	499.948	77.003
Rendas a receber sobre adiantamentos (nota explicativa nº 9)	4.776	1.535
Total da carteira de crédito	1.537.427	1.047.719

Em 31 de Dezembro de 2019, não houveram alterações recuperadas e renegociadas.

b. Por vencimento:	2019	2018
A vencer:		
Até 30 dias	75.840	114.594
De 31 a 60 dias	273.844	164.465
De 61 a 90 dias	140.118	84.936
De 91 a 180 dias	506.288	221.264
De 181 a 360 dias	353.338	108.446
Acima de 360 dias	187.999	354.014
Total	1.537.427	1.047.719

As operações de crédito dos 20 maiores devedores em 31 de dezembro de 2019 representam 95,94% da carteira de crédito (93,18% em 31 de dezembro de 2018), no montante de R\$ 1.475.015 (R\$ 976.232 em 2018).

c. **Por nível de risco ("rating"):**

Nível de risco	2019			2018		
	% mínimo de provisão	Total das operações	% da carteira constituída	Total das operações	% da carteira constituída	Provisão
AA	—	1.337.689	87	1.953	1.044.704	100
A	0,5	199.739	13	1.085	3.015	—
Total		1.537.428	100	3.038	1.047.719	100

d. Por setor de atividade:	2019	2018
Sector privado:		
Indústria	1.237.472	979.981
Comércio	150.015	39.328
Outros serviços	149.940	28.410
Total	1.537.427	1.047.719



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

e. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2019	2018
Saldo inicial	1.484	12.506
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(549)	(12.113)
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.103	1.091
Saldo final	3.038	1.484

9. CARTEIRA DE CÂMBIO (OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES)

As operações de câmbio estão registradas em contas patrimoniais, conforme segue:

	2019	2018
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	873.126	405.546
Direitos sobre venda de câmbio	83.416	66.610
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(5.969)	(1.733)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 8a)	4.776	1.535
Total	955.349	471.958
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	81.217	65.618
Obrigações por compra de câmbio	879.255	410.247
Adiantamento sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 8a)	(499.948)	(77.003)
Total	460.524	398.862

10. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2019	2018
Estão representados pelos valores a seguir:		
Crédito tributário - Base negativa IR e CSLL (vide nota explicativa nº 19b)	15.155	26.056
Devedores por depósitos em garantia (vide nota explicativa nº 17)	16.778	16.210
Antecipações de imposto de renda e contribuição social	14.780	13.016
Outros créditos tributários	16.087	5.260
Outros	4.361	323
Total	67.161	60.865
Ativo circulante	23.300	5.544
Realizável a longo prazo	43.861	55.321
Total	67.161	60.865

11. OUTROS VALORES E BENS

Estão representados pelos valores a seguir:

	2019	2018
Material em estoque	37	35
Despesas antecipadas	1.172	1.517
Total	1.209	1.552

12. PERMANENTE

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 está assim representado:

a. Imobilizado em uso:

	2019			2018		
Descrição	Taxa anual de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Sistema de processamentos de dados	20	5.899	(4.973)	926	1.625	
Móveis e equipamentos de uso	10	1.660	(1.125)	535	494	
Sistema de comunicação	10	299	(151)	148	172	
Sistema de segurança	10	300	(292)	8	11	
Sistema de transporte	20	1.382	(1.170)	212	383	
Total		9.540	(7.711)	1.829	2.685	

b. Intangível:

	2019			2018		
Descrição	Taxa anual de depreciação %	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Software	20	11.372	(7.547)	3.825	4.921	
Direito de Uso	20	1.076	(662)	414	44	
Benfeitoria	20	4.394	(3.146)	1.248	1.555	
Total		16.842	(11.355)	5.487	6.520	

13. DEPÓSITOS

Composição por vencimento em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	2019				2018			
Descrição	Depósitos à vista	Depósitos interfi- nanceiros	Depósitos a prazo (*)	Depósitos em moeda estrangeira	Depósitos à vista	Depósitos interfi- nanceiros	Depósitos a prazo (*)	Depósitos em moeda estrangeira
Sem vencimento	76.100	-	-	97.032	-	-	-	923
Até 30 dias	-	-	85.648	-	4.988	67.731	-	-
De 31 a 60 dias	-	-	30.658	-	6.044	43.620	-	-
De 61 a 90 dias	-	1.376	61.468	-	8.056	42.421	-	-
De 91 a 180 dias	-	-	154.724	-	-	204.032	-	-
De 181 a 360 dias	-	714	955.219	-	-	520.526	-	-
Acima de 360 dias	-	-	857.896	-	-	1.181.943	-	-
Total	76.100	2.090	2.145.613	97.032	19.088	2.060.273	-	923

(*) A carteira de depósitos a prazo foi classificada no passivo circulante, em virtude de estarem em sua totalidade, registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão com cláusula de resgate antecipado.

14. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 não foi apresentado captações no mercado aberto.

15. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

As captações de recursos do exterior são basicamente realizadas mediante utilização de linhas de crédito concedidas pelo acionista Sumitomo Mitsui Banking Corporation, como segue: **a. Obrigações por empréstimos no exterior:** O saldo em 31 de dezembro de 2019 de US\$ 271.416 (US\$ 100.285 em 2018) é composto por financiamentos às exportações e importações, com vencimentos até 30 de abril de 2020, sujeitos às taxas de juros de até 3,055% a.a., acrescidos de variação cambial para essas operações. O saldo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 1.093.657 (R\$ 388.354 em 2018).

b. Obrigações por repasses do exterior: Os repasses do exterior, em 31 de dezembro de 2019, correspondem a US\$ 326.740 (US\$ 446.800 em 2018). Tais obrigações, convertidas à taxa oficial de compra no fim do período, são regidas pela Resolução CMN nº 3.844/00 e estão sujeitas às taxas de juros que variam de 2,06% a.a. até 3,38% a.a., acrescidos de variação cambial, com vencimentos até

05 de julho de 2022. O saldo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 1.320.874 (R\$ 1.758.238 em 2018).

c. Obrigações por repasses no país: Os repasses no país são compostos por financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES na modalidade EXIM e FINAME, no decorrer do ano de 2019 ocorreu a liquidação do saldo em aberto, não apresentando posição em 31 de dezembro de 2019.

	Até 12 meses	Acima de 12 meses	2019 Total
Obrigações por empréstimos no exterior	1.093.657	-	1.093.657
(*) Obrigações por repasses do exterior	727.729	593.145	1.320.874
Total	1.821.386	593.145	2.414.531

	2018 Até 12 meses	Acima de 12 meses	2018 Total
Obrigações por empréstimos no exterior	388.354	-	388.354
Obrigações por repasses do exterior	449.889	1.308.349	1.758.238
Obrigações por repasses no país	-	5.924	5.924
Total	838.243	1.314.273	2.152.516

(*) Os valores apresentados consideram o ajuste a mercado tido para operações de hedge accounting, no montante de R\$ 2.030 (R\$ 18.615 em 2018), conforme nota explicativa 6.c.

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a. Fiscais e previdenciárias:

Descrição	2019	2018
Provisão para imposto de renda e contribuição social (nota explicativa nº 19a)	25.632	25.139
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 17)	9.395	9.148
PIS Compensação (nota explicativa nº 17)	3.153	3.100
PIS emenda constitucional (nota explicativa nº 17)	753	711
Imposto Sobre Serviços - ISS	430	166
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre operações de renda fixa	430	319
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	813	679
Programa de Integração Social	132	110
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 19c)	11.441	11.383
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	295	274
Impostos e contribuições - serviços de terceiros	20	20
Impostos e contribuições sobre salários	1.658	1.558
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito- FGC	419	416
Outros	390	255
Total	54.961	53.278

b. Diversas

	2019			2018		
Descrição	Circulante	Exigível a longo prazo	Total	Circulante	Exigível a longo prazo	Total
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 17)	43.341	-	43.341	38.363	-	38.363
Provisão para despesas de pessoal	16.936	-	16.936	17.256	1.385	18.641
Provisão para despesas gerais	1.324	-	1.324	2.601	-	2.601
Passivos atuariais	21.643	-	21.643	10.013	-	10.013
Garantias prestadas (nota explicativa nº 23)	2.362	2.409	4.771	3.911	-	3.911
Diversas	178	-	178	646	-	646
Total	85.784	2.409	88.193	72.790	1.385	74.175

c. Dívidas subordinadas elegíveis a capital: Em 05 de abril de 2019, o Banco realizou a liquidação dos empréstimos com o Sumitomo Mitsui Banking Corporation NY: • No valor de US\$ 40 milhões, tal empréstimo era considerado como dívida subordinada, integrante de nível II do patrimônio de referência do Banco; • No valor de US\$ 160 milhões, o qual também era integrante do nível II do patrimônio de referência do Banco. Ambos os empréstimos estavam autorizados com base nos termos da Resolução nº 4.192 de 1º de março de 2013, alterada pela Resolução nº 4.278 de 31 de outubro de 2013. O saldo de liquidação em 05 de abril de 2019 dos dois empréstimos foi de R\$ 780.868.

17. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAL, CÍVEL E TRABALHISTA

Entre os processos judiciais que envolvem o Banco, há processos de natureza fiscal, cível e trabalhista. Os valores de provisão e respectivos depósitos judiciais estão demonstrados como segue:

	Provisão		Depósitos judiciais	
Descrição	2019	2018	2019	2018
Provisão para riscos fiscais:				
ISS - RJ (a)	-	-	4.593	4.380
ISS - SP (b)	-	-	2.181	2.080
IRPJ/CSLL Cetip (b1)	100	96	-	-
Obrigações legais:				
Desmutualização Cetip (h)	114	108	-	-
PIS compensação (c)	3.153	3.100	-	-
PIS emenda constitucional (d)	753	711	-	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (e)	9.395	9.148	9.395	9.148
Total	13.515	13.163	16.170	15.608
Provisão para riscos:				
Cíveis (f)	35.355	32.444	-	-
Trabalhistas (g)	7.986	5.919	608	602
Total	43.341	38.363	608	602
Total de provisões e depósitos judiciais	56.856	51.526	16.778	16.210

a. O Banco possui processos fiscais relacionados a Imposto Sobre Serviços - Rio de Janeiro, onde são cobrados impostos sobre comissões recebidas em operações de empréstimos e repasses originados de receitas registradas sobre a rubrica rateio de resultados internos. A Administração entende, com base na opinião dos seus consultores jurídicos de que as chances de êxito desse processo são possíveis e, portanto não foi efetuado provisionamento, mantendo, entretanto, o depósito judicial, requerido para andamento do processo na esfera jurídica cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 4.593 (R\$ 4.380 em 31 de dezembro de 2018). **b.** Os depósitos judiciais se referem a processos em discussão relacionado a Imposto Sobre Serviços - São Paulo, basicamente, relativos aos serviços de operações de câmbio no período de 2001 a 2003 e garantias prestadas no ano de 2004. A administração entende, com base na opinião dos seus consultores jurídicos, que as chances de êxito do processo em discussão são possíveis e, portanto não efetuou o provisionamento. Os depósitos judiciais requeridos para andamento dos processos na esfera jurídica, representam o montante de R\$ 2.181 (R\$ 2.080 em 2018). Houve trânsito em julgado favoráveis ao banco, que aguarda a autorização para levantamento dos depósitos, que totalizam R\$ 2.130. **b1.** Trata-se de auto de infração de IRPJ e CSLL e multa isolada, relativo ao ano-base de 2008, que deixaram de ser pagos em função de gastos obtidos através do processo de desmutualização dos títulos patrimoniais da CETIP. O valor da provisão para 31 de dezembro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

de 2019 é de R\$ 100 (R\$ 96 em 2018). A parcela do processo, cuja chance de perda é remota e por isso não foi provisionada, é de R\$ 164. c. Refere-se ao processo de compensação de créditos do Programa de Integração Social - PIS que vem sendo solicitada judicialmente relativa à glosa efetuada pela Receita Federal do Brasil de créditos compensados e não homologados. Os valores provisionados compreendem aos períodos que abrangem de setembro de 2002 a outubro 2005. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 3.153 (R\$ 3.100 em 31 de dezembro de 2018). d. Refere-se ao processo relativo ao PIS anterioridade EC 17/97, o qual discute a inconstitucionalidade do tributo. A provisão foi revertida no decurso do processo em virtude do arquivamento do processo administrativo e futuro êxito prático no processo judicial. Em 2019, remanesce provisionado somente o valor referente aos honorários dos advogados relativos ao processo judicial, os quais serão atualizados e pagos por ocasião do término do recurso em trâmite perante o Supremo Tribunal Federal, cujo montante, atualizado em 31 de dezembro de 2019, é de R\$ 753 (R\$ 711 em 31 de dezembro de 2018). e. O Banco questiona a majoração de alíquotas de 18% para 30% referente ao ano de 1996 e a determinação da base de cálculo da contribuição social. Para fins de suspensão da exigibilidade do crédito tributário foi realizado o depósito judicial do valor discutido, que em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 9.395 (R\$ 9.148 em 2018). De acordo com a opinião dos consultores jurídicos a chance de perda relacionada a esta discussão judicial é possível. Desta forma, por decisão da administração, foi constituída provisão relativa ao diferencial recolhido a menor em virtude das matérias em análise, cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 9.395 (R\$ 9.148 em 2018). f. A provisão refere-se basicamente a processos de expurgos inflacionários sobre operações de depósitos a prazo, em que há probabilidade de desembolso financeiro. A Administração, consubstanciada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados são adequados em cada situação. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 35.355 (R\$ 32.444 em 31 de dezembro de 2018). g. A provisão refere-se a ações movidas por ex-empregados e terceirizados pleiteando direitos trabalhistas que entendem que sejam devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas a partir da decisão estabelecida previamente pela Diretoria ou em primeira instância em vara trabalhista. A Administração, consubstanciada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que os valores atualmente provisionados são adequados. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 7.986 (R\$ 5.919 em 31 de dezembro de 2018). h. O Banco contabilizou o valor referente à parcela do processo em andamento que considera como perda provável sobre a desmutualização das ações do Cetip, sendo que o montante para 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 114 (R\$ 108 em 31 de dezembro de 2018).

Movimentação das provisões e das obrigações legais:

	2019			
	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	13.163	5.919	32.444	51.526
Constituição de provisão	105	4.547	-	4.652
Atualização monetária	247	341	2.911	3.499
Reversões operacionais	-	(2.654)	-	(2.654)
Baixas por pagamento	-	(167)	-	(167)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	13.515	7.986	35.355	56.856

	2018			
	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	12.759	4.571	29.611	46.941
Constituição de provisão	-	1.805	-	1.805
Atualização monetária	404	33	2.833	3.270
Baixas por pagamento	-	(490)	-	(490)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	13.163	5.919	32.444	51.526

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. **Capital social:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de abril de 2019, foi deliberado o aumento do capital social do Banco, passando de R\$ 793.819 para R\$ 1.559.699, mediante a emissão de 765.880.800 ações novas, ordinárias e nominativas, cujo valor unitário de cada ação foi de R\$ 1,00 (um real). O capital social em 31 de dezembro de 2019 está representado por ações ordinárias, no valor de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas:

	Quantidade de ações (mil)
Sumitomo Mitsui Banking Corporation (Japão)	1.559.697
Acionistas domiciliados no país	2
Total	1.559.699

b. **Dividendos:** De acordo com a legislação societária e o estatuto social, é assegurado um mínimo de 25% do lucro líquido do exercício a ser distribuído aos acionistas a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio. Em 31 de dezembro de 2019 se optou pelo não destacamento dos dividendos/juros sobre o capital próprio, sendo o valor do lucro do exercício alocado na reserva estatutária para destinação futura. c. **Reserva legal:** A reserva legal foi constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. d. **Reserva estatutária:** A reserva estatutária corresponde à transferência de saldo de lucros acumulados após as destinações obrigatórias. O saldo remanescente no valor de R\$ 212.917 (R\$ 176.259 em 2018) será transferido para o exercício seguinte, ou terá a destinação que for proposta pela Diretoria, "ad referendum" da assembleia geral.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a despesa com imposto de renda e contribuição social foi assim apurada:

	2019		2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação após participações	68.013	68.013	77.310	77.310
Provisão de passivos contingentes	(1.372)	(1.372)	(1.062)	(1.062)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	2.072	2.072	72	72
Provisões temporárias	(564)	(564)	(4.114)	(4.114)
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	4.420	4.420	300	300
Ajuste a valor de mercado operações "hedge accounting"	23.698	23.698	(2.896)	(2.896)
Despesas não dedutíveis	7.122	3.934	7.705	5.162
Operações BM&F	(8.496)	(8.496)	5.910	5.910
Outras adições/exclusões	(572)	(572)	(699)	(699)
Compensação de prejuízos fiscais anteriores	(28.297)	(27.338)	(24.758)	(23.995)
Lucro tributável	66.024	63.795	57.768	55.989
Imposto de renda - 15% (nota explicativa nº 3n)	9.904	-	8.665	-
Adicional de imposto de renda 10% (nota explicativa nº 3n)	6.578	-	5.753	-
Contribuição Lei Rouanet	-	-	(100)	-
Lei Empresa Cidadã	(32)	-	(30)	-
Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT)	(387)	-	(347)	-
Contribuição social - 15% (20% em 2018) (nota explicativa nº 3n)	-	9.569	-	11.198
Total	16.063	9.569	13.941	11.198

a. **Créditos tributários:** Os créditos tributários foram constituídos em 30 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 76.113 tomando-se por base o total de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. A Administração, baseada no estudo técnico elaborado, entende que esses créditos tributários serão passíveis de compensação no prazo de até 10 anos. Os valores encontram-se apresentados na rubrica "Outros créditos - diversos".

1. Composição do crédito tributário em 31/12/2019:

Composição do crédito tributário	2019	2018
Prejuízo fiscal	9.390	16.465
Base negativa de contribuição social	5.765	9.591
Total	15.155	26.056

2. Previsão de realização do crédito tributário em 31/12/2019:

Exercício	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Total
2020	5.125	2.790	7.914
2021	4.266	2.975	7.241
Subtotal	9.390	5.765	15.155

3. Movimentação do crédito tributário:

A realização dos créditos tributários está ocorrendo conforme os valores estimados no respectivo estudo e suas premissas.

	Saldo em 31/12/2018	(Realizações) Constituições	Saldo em 31/12/2019
Prejuízo fiscal	16.465	(7.075)	9.390
Base negativa CSLL	9.591	(3.826)	5.765
Total	26.056	(10.901)	15.155

Movimentação do resultado com ativos fiscais diferidos:

	31/12/2019	31/12/2018
Realização do prejuízo fiscal - IR	7.074	6.189
Realização da base negativa - CSLL	3.827	5.304
Demais Créditos Tributários	(7.106)	(2.196)
Total	3.795	9.297

4. Valor presente do crédito tributário

Exercício	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Total
2020	4.902	2.669	7.571
2021	3.685	2.685	6.535
Total	8.752	5.354	14.106

b. **Outros créditos tributários:** O Banco possui ainda, créditos e obrigações fiscais diferidas nos montantes de R\$ 15.862 e R\$ 11.441 (R\$ 5.145 e R\$ 11.383 em 2018) respectivamente, que estão relacionados exclusivamente com os ajustes ao valor de mercado das operações com títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, conforme determina a Circular BACEN nº 3.068, e ao valor de mercado de instrumentos derivativos de acordo com a circular nº 3.082. As regras de reconhecimento dos efeitos do exigível atuarial relacionadas ao plano de aposentaria de beneficiários e dos benefícios pós-emprego referente ao Plano de Assistência Médica nos quais o Banco é patrocinador (conforme CVM 600 e 695/2015) também estão sendo considerados. Existem ainda créditos tributários não ativados sobre provisões para contingências no montante de R\$ 26.056 (R\$ 22.832 em 2018), devido à incerteza de sua realização em prazo inferior a 10 anos.

20. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO:
a. Operações de crédito:

	2019	2018
2º Semestre	Exercício	
Rendas de empréstimos	35.087	67.014
Rendas de financiamentos e repasses	14.417	13.187
Total	49.504	80.201

b. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	2019	2018
2º Semestre	Exercício	
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	79.689	165.823
Rendas de operações com títulos e valores mobiliários	78.123	145.472
Total	157.812	311.295

c. Resultado com instrumentos financeiros derivativos:

	2019	2018
2º Semestre	Exercício	
Receitas com operações de Swaps, Futuros e NDF	1.320.345	2.668.580
Despesas com operações de Swaps, Futuros e NDF	(1.229.947)	(2.617.875)
Total	(90.398)	50.705

d. Resultado operações de câmbio:

	2019	2018
2º Semestre	Exercício	
Rendas de câmbio	54.964	80.305
Despesas de câmbio	(10.516)	(42.139)
Total	44.448	38.166

e. Operações de captação no mercado:

	2019	2018
2º Semestre	Exercício	
Despesas com depósitos a prazo	(50.365)	(108.646)
Despesas com depósitos interfinanceiros	(226)	(455)
Despesas com operações compromissadas	(217)	(632)
Despesas com contribuição ao fundo garantidor de crédito	(1.222)	(2.472)
Total	(52.030)	(112.205)

f. Operações de empréstimos e repasses:

	2019	2018
2º Semestre	Exercício	
Despesas com repasses do BNDES	(20)	(71)
Despesas com empréstimos e repasses no exterior	(212.909)	(207.138)
Despesas com dívida subordinada	-	(8.470)
Despesas com redesconto	-	(1)
Ajuste Hedge Objeto Repasses e Empréstimos	4.056	4.056
Total	(208.873)	(211.624)

g. Receita de prestação de serviços:

	2019	2018
2º Semestre	Exercício	
Receitas de tarifas e serviços	5.454	6.596
Receitas de intermediação de negócios (vide nota explicativa 21a)	3.945	8.153
Rendas de garantias prestadas	9.801	20.125
Total	19.200	34.874

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

h. Despesas de pessoal

	2019		2018
	2º Semestre	Exercício	
Proventos	(20.802)	(40.162)	(37.483)
Encargos sociais	(7.219)	(13.769)	(13.975)
Benefícios	(2.060)	(5.732)	(12.376)
Honorários da Administração	(2.081)	(3.821)	(4.095)
Treinamento	(146)	(249)	(231)
Total	(32.308)	(63.733)	(68.160)

i. Outras despesas administrativas:

	2019		2018
	2º Semestre	Exercício	
Despesas com aluguel	(2.675)	(5.243)	(5.145)
Despesas de processamento de dados	(5.992)	(14.915)	(9.871)
Despesas com serviços técnicos especializados	(2.690)	(5.071)	(4.910)
Despesas de comunicação	(2.924)	(5.540)	(4.159)
Despesas com serviços do sistema financeiro	(1.614)	(3.064)	(1.869)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(257)	(603)	(451)
Despesas com serviços de vigilância e segurança	(283)	(566)	(541)
Despesas de transporte	(82)	(198)	(180)
Despesas de material	(94)	(172)	(189)
Despesas de água, energia e gás	(142)	(279)	(243)
Despesas com serviços de terceiros	(362)	(764)	(752)
Despesas de propaganda e publicidade	(61)	(235)	(253)
Despesas de seguros	(129)	(257)	(274)
Despesas de promoções e relações públicas	(80)	(160)	(433)
Despesas de contribuições filantrópicas	(8)	(52)	(117)
Despesas de amortização e depreciação	(1.308)	(2.646)	(2.362)
Outras despesas administrativas	(1.594)	(2.804)	(1.645)
Total	(20.295)	(42.569)	(33.394)

j. Despesas tributárias:

	2019		2018
	2º Semestre	Exercício	
COFINS	(4.089)	(9.254)	(7.287)
ISS	(977)	(1.779)	(1.691)
PIS	(664)	(1.504)	(1.184)
Outros	(66)	(3.058)	(312)
Total	(5.796)	(15.595)	(10.474)

k. Outras receitas operacionais:

	2019		2018
	2º Semestre	Exercício	
Variação cambial repasses do exterior	-	-	3.019
Reversão de passivos contingentes	673	2.132	930
Reversão Provisão Garantias Prestadas	-	471	1.003
Reversão de provisões operacionais	170	6.065	3.276
Multas indenizatórias	475	1.778	6.570
Atualização depósitos judiciais	245	572	699
Recuperação de encargos e despesas	367	720	509
Outros	5	5	106
Taxa de Administração de fundos de investimento	-	-	645
Total	1.935	11.743	16.757

l. Outras despesas operacionais:

	2019		2018
	2º Semestre	Exercício	
Variação cambial negativa operações de financiamentos em ME	-	-	(16)
Despesas com processos trabalhistas	(3.421)	(4.104)	(1.340)
Provisões Garantias Prestadas	(1.331)	(1.331)	(905)
Despesas com provisões operacionais - passivos contingentes	(46)	(102)	(137)
Despesa com provisões operacionais - outras	-	-	(476)
Atualização monetária de provisões (fiscal, civil e trabalhista)	(1.625)	(3.503)	(3.595)
Outras	(12)	(99)	(55)
Total	(6.435)	(9.139)	(6.524)

m. Resultado não operacional:

	2019		2018
	2º Semestre	Exercício	
Outras receitas não operacionais	72	309	138
Outras despesas não operacionais	(12)	(68)	-
Total	60	241	138

21. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

a. Transações com controladores (diretas e indiretas): Os saldos de transações com partes relacionadas com o Sumitomo Mitsui Banking Corporation, são os seguintes:

	Ativo/(passivo)		Receita/(despesa)	
	2019	2018	2019	2018
Disponibilidades - depósito no exterior em moeda estrangeira	13.275	26.643	-	-
Aplicações em moeda estrangeira no exterior	265.998	58.125	23.271	(3.261)
Valores a receber - comissão por intermediação de negócios - vide (nota explicativa nº 20.g)	4.118	-	8.153	6.245
Obrigações por empréstimos no exterior	(1.093.657)	(388.354)	(40.299)	(93.064)
Obrigações por repasses do exterior	(1.320.874)	(1.738.728)	(122.489)	(284.334)
Dívida subordinada	-	(780.868)	(8.470)	(27.838)
Total	(2.131.140)	(2.823.182)	(139.834)	(402.252)

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração: Para atendimento da Resolução nº 4.636/18 e também ao Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, foi definido como pessoal-chave dessa instituição, todos os membros que compõem sua Diretoria. O montante global da remuneração dos Diretores é distribuído de acordo com o que determina o Estatuto Social do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. Na última reforma estatutária ocorrida em abril de 2019, manteve fixado o valor mensal máximo global de R\$ 600 para remuneração dos diretores (proventos).

Benefícios de curto prazo a diretores:

	2019	2018
Proventos	3.821	4.095
Remuneração variável	2.019	3.628
Contribuições ao INSS/FGTS	1.375	1.943
Total	7.215	9.666

Benefícios pós-emprego: De acordo com o regulamento do Fundo de Pensão, os diretores podem optar pela participação no Plano de Previdência Complementar de benefício definido, patrocinado integralmente pelo Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. nas mesmas condições dos demais funcionários do Banco (nota explicativa nº 24). O Banco não concede benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. **c. Outras informações:** Conforme Resolução nº 4.693/18, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas, cumulativamente, as condições relacionadas nos itens, demonstrados abaixo: • As operações de crédito com partes relacionadas, ressaltados os casos previstos na legislação ou na regulamentação específica, somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis e baixa como prejuízo, sem benefícios adicionais ou diferenciações comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições. • O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas, direta ou indiretamente, com partes relacionadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado pelas receitas e despesas acumuladas deduzido o valor das participações detidas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e em instituições financeiras no exterior, observados os seguintes limites máximos individuais: 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural; e 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica. Considera-se independente o diretor ou conselheiro de administração que atenda, no mínimo, às seguintes condições, em ambas as contrapartes: I - não detenha participação qualificada, não seja acionista controlador, membro do grupo de controle ou de outro grupo com participação qualificada, nem cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o segundo grau destes; II - não esteja vinculado por acordo de acionistas; e III - não seja ou tenha sido nos últimos três anos: a) diretor ou membro de órgãos estatutários ou contratuais, inclusive nas suas empresas ligadas; b) funcionário, inclusive de suas empresas ligadas; c) cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o segundo grau, das pessoas referidas nas alíneas "a" e "b"; e d) beneficiário de remuneração, além da relacionada à atividade de conselheiro independente ou a eventual participação societária. Em 31 de dezembro de 2019 não foram efetuados pelo Banco, empréstimos, financiamentos ou qualquer outro adiantamento à Diretoria ou qualquer um de seus familiares. Os membros da Diretoria, não possuem qualquer participação acionária no Banco.

22. LIMITES OPERACIONAIS: ÍNDICE DA BASILEIA

O Banco está enquadrado nos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 2.099/94, com alterações introduzidas pelas Resoluções CMN nº 4.193/13 e 4.192/13, apresentando índice de Patrimônio em relação aos Ativos Ponderados, conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Risco de Crédito	3.893.765	3.822.820
Risco de Mercado	304.955	428.132
Risco Operacional	338.983	336.905
Ativos ponderados pelo Risco (RWA)	4.537.703	4.587.857
Parcela Rban	3.754	12.465
Patrimônio de Referência Níveis I e II (PR)	1.765.220	1.606.171
Patrimônio de Referência Exigido (RWA*8%)	406.841	395.703
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	1.402.204	1.210.468
Índice de Basileia (IB) - PR/RWA	38,90%	35,01%

*O percentual mínimo exigido para Patrimônio de Referência de 2019 é de 8% e 2,5% referente ao Adicional de Conservação de Capital (2018 - 8,625% e 1,875%).

23. GARANTIAS PRESTADAS E RESPONSABILIDADES POR CRÉDITOS ABERTOS PARA IMPORTAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as fianças prestadas pelo Banco totalizam:

	2019	2018
No País	1.650.593	1.413.738
No exterior	4.746	8.494
Total	1.655.339	1.422.232

O Banco efetuou provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre essas garantias de acordo com requerimento da Resolução CMN nº 4.512/16 do CMN e a Carta Circular 3.782/16, os valores são baseados nas premissas da Resolução 2.682 e totalizam o montante de R\$ 4.771 (R\$ 3.911 em 2018):

	2019		2018	
	Garantias Prestadas	Provisão	Garantias Prestadas	Provisão
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	4.746	(57)	8.494	(195)
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	13.618	(1)	24.253	-
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	48.855	(154)	44.308	(153)
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	581.038	(1.791)	662.869	(841)
Outras Fianças Bancárias	185.765	(146)	57.205	(54)
Outras Garantias Financeiras Prestadas	821.317	(2.622)	625.104	(2.668)
Total	1.655.339	(4.771)	1.422.233	(3.911)

Em 31 de dezembro de 2019, o Banco possuía saldo de R\$ 19 na rubrica de responsabilidade por créditos para importação (R\$ 314 em 2018).

24. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO PATROCINADOS

O exigível atuarial da Entidade foi apurado de acordo com o modelo estabelecido no plano respectivo e representa o montante dos compromissos assumidos e a assumir. O cálculo atuarial é atualizado anualmente na data-base de 31 de dezembro. A Deliberação CVM 695, de 13 de dezembro de 2015, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. O Pronunciamento Técnico CPC 33 estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios a empregados como a remoção do mecanismo do corredor no registro das obrigações dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos ativos dos planos (valorizações e desvalorizações). A adoção do referido Pronunciamento se aplica aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva, como alteração de práticas contábeis. A adoção desta prática contábil implica, fundamentalmente, no reconhecimento integral em conta de passivo das perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas até o momento, em contrapartida de conta do patrimônio líquido. **a. Plano de Aposentadoria:** O Banco é patrocinador do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro Sociedade de Previdência Privada ("Entidade"), constituída em 20 de abril de 1992, e que tem como finalidade básica a concessão de benefícios de pecúlios e/ou rendas suplementares aos funcionários e diretores do patrocinador, através de um plano de aposentadoria do tipo "benefício definido". No plano, os participantes (empregados) têm o direito a um benefício na data do término do vínculo empregatício, calculado de acordo com as disposições do regulamento e cujo valor dependerá do salário e tempo de serviço do participante na data do desligamento. Em 31 de dezembro de 2019, não tivemos variações significativas nos parâmetros de atualizações atuariais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

Descrição	Plano de Aposentadoria	
	31/12/2019	31/12/2018
Valor presente das obrigações atuariais	43.420	53.536
Valor justo dos ativos do plano	(38.020)	(51.809)
Déficit/ (Superávit) para planos cobertos	5.400	1.727
Passivo (ativo) atuarial líquido	5.400	1.727

Premissas atuariais:

Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	6,78% a.a.	8,95% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,71% a.a.	7,12% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,64% a.a.	4,00% a.a.
Índice estimado de inflação	3,60% a.a.	4,00% a.a.
Tábua Biométrica de mortalidade geral	AT-2000 Suavizada em 10% e segregada por sexo	AT-2000 Suavizada em 10% e segregada por sexo

Tábua Biométrica de entrada em invalidez	Tábua "Mercer"	Tábua "Mercer"
Taxa de rotatividade esperada	0,30/ (tempo de serviço +1)	0,30/ (tempo de serviço +1)

Probabilidade de ingresso em aposentadoria 10% na 1ª data de elegibilidade à aposentadoria antecipada; 3% entre a 1ª elegibilidade à aposentadoria antecipada e normal; 100% na data de elegibilidade à aposentadoria normal.

Análise de Sensibilidade: O valor presente da obrigação atuarial é sensível a variações nas principais hipóteses: taxa de desconto, crescimento salarial e expectativa de vida. Os impactos no valor presente da obrigação atuarial são demonstrados, considerando a taxa de desconto básica adotada para esta Avaliação Atuarial (10,00% a.a.):

Valor Presente das Obrigações

	31/12/2019	31/12/2018
Taxa de Desconto: redução de 0,25%	1.089	1.801
Taxa de Desconto: aumento de 0,25%	(1.059)	(1.909)

b. Plano de Saúde: Até novembro de 2017 o Plano de Saúde oferecido pelo Banco Sumitomo Mitsui a seus colaboradores era contributivo, gerando a obrigação de extensão da cobertura, mediante pagamento dos respectivos prêmios aos aposentados e desligados da empresa, nos termos do Artigo 30 e 31 da Lei nº 9.656/98. As contribuições ao plano foram interrompidas a partir de dezembro de 2017, porém remanesce um grupo de colaboradores que têm direito à referida extensão, sendo apresentado o seguinte passivo atuarial:

Descrição	Plano de Saúde	
	31/12/2019	31/12/2018
Passivo (Ativo) atuarial líquido	16.243	8.286
Total	16.243	8.286

Premissas atuariais/Hipóteses Atuariais

Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	7,11% a.a.	9,12% a.a.
Índice estimado de inflação	3,60% a.a.	4,00% a.a.
Tábua Biométrica de Rotatividade	0,15/(Tempo de Serviço) + 1	0,15/(Tempo de Serviço) + 1
Tábua Biométrica de entrada em aposentadoria	55 anos	55 anos
Tábua Biométrica de mortalidade geral	AT-2000 segregada por sexo e desagregada em 10%	AT-2000 segregada por sexo e desagregada em 10%
HCCTR (Health Care Cost Trend Rate)	Decrescendo de 8,26% a.a. a 4,64% a.a.	Decrescendo de 9,20% a.a. a 5,04% a.a.
Correção da Contribuição do Participante	Inflação (HCCTR)	Inflação (HCCTR)
Correção do Custo do Plano	Inflação (HCCTR) + Aging Factor	Inflação (HCCTR) + Aging Factor
Percentual de Optantes pela Permanência no Plano	Aposentadoria: 100%	Aposentadoria: 100%
Fator de Idade (Aging Factor)	Desligamento: 100%	Desligamento: 100%
Composição Familiar - Ativos	3,00% (por ano - idade)	3,00% (por ano - idade)
Diferença de Idade Titular/Cônjuge	90% Casados	90% Casados
Composição Familiar Aposentados	4 anos	4 anos
	Família Real	Família Real

25. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL, RISCO DE MERCADO, RISCO DE CRÉDITO E DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Risco operacional: Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, comportamento humano e sistemas, ou ainda, proveniente de eventos externos. Nesta definição, inclui-se o risco legal. A estrutura de gerenciamento do Risco Operacional é considerada um fator estratégico e competitivo para o Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. e está definida na Política de Gerenciamento de Risco Operacional do Banco estabelecida e aprovada, no mínimo anualmente, pela Diretoria do Banco nos moldes da Resolução CMN nº 4.557/17, se reportando diretamente à Diretoria do Banco. É importante ferramenta para o gerenciamento eficaz do capital econômico e regulatório do Banco. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pela instituição, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. O Gerenciamento de Risco Operacional do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. adota um modelo de gestão em parceria com as áreas de negócios do Banco, proporcionando assim uma visão clara da divisão dos papéis e responsabilidades táticas e estratégicas entre as áreas de negócios e a área de Gestão de Risco Operacional, possibilitando a coordenação e cooperação de todos do Banco na redução de perdas operacionais e duplicidade nas atividades. Neste modelo de gestão a área de Gestão de Risco Operacional é responsável por: i. Definir as estruturas, políticas e ferramentas para o gerenciamento de risco operacional; ii. Efetuar testes periódicos e independentes dos controles dos riscos identificados; iii. Elaborar relatórios periódicos; iv. Coordenar os comitês de gerenciamento de risco operacional instituídos no Banco; v. Consolidar e monitorar as perdas ocorridas no Banco. A Diretoria, alinhada à sua Política de Governança Corporativa, reconhece, participa e é responsável pela contínua melhoria dessa estrutura, visando garantir o cumprimento dos objetivos e metas traçados e a segurança e qualidade aos clientes, acionistas e partes relacionadas com o Banco. Com relação ao cálculo de requerimento de capital para Risco Operacional, o Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. adotou o modelo de cálculo com base na Abordagem do Indicador Básico, também conhecida como "BIA". As informações relacionadas à Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional do Banco, bem como a responsabilidade da Diretoria pelas informações divulgadas, constam em relatório de acesso público, disponível no site eletrônico www.smbcgroup.com.br. **Risco de Mercado e Liquidez:** O Risco de Mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do efeito da oscilação de preços,

índices e taxas sobre os desdobramentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. O Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. adota uma política e uma exposição bastante conservadora aos fatores de risco de mercado. O Risco de Liquidez é a possibilidade de o Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de o Banco não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez é representada por uma unidade específica no Banco, independente da área de negócios e auditoria, e se reporta diretamente à Diretoria do Banco. É responsável pelo gerenciamento de risco de mercado, liquidez e de crédito, tendo como responsabilidade assegurar práticas prudentes e técnicas idôneas de controles de risco. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pela instituição, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. A política de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez é pautada no controle diário das posições de risco de mercado do Banco, no controle dos Limites para posições, dividido em Limites para exposição à taxa de juros e exposição em taxas de câmbio, além de Limites/Diretrizes para "Stop Loss". Além disso, o Departamento de Gerenciamento de Risco monitora o risco de mercado também através da metodologia de Value at Risk (VAR) paramétrico e testes de estresse. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez foi implementada de acordo com os requerimentos da Resolução CMN nº 4.557/17, sendo aprovada e revisada no mínimo, anualmente pela Diretoria do Banco. Com o intuito de garantir a implantação das diretrizes e políticas vigentes, o Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. tem implementado o Comitê de Ativos e Passivos (ALCO), que se reúne mensalmente, com a participação de membros da Diretoria, e extraordinariamente sempre que necessário. Dentre seus objetivos estão a deliberação sobre a política de gerenciamento de riscos de mercado e liquidez, política de gerenciamento de ativos e passivos, a garantia da observância de limites/diretrizes para o risco de mercado e liquidez, assegurar que o Banco mantenha níveis adequados e suficientes de liquidez e verificação de procedimentos no tratamento de novos produtos e sua estrutura de gerenciamento de riscos. As informações relacionadas à Estrutura de Gerenciamento de Risco Mercado e Liquidez do Banco constam em relatório de acesso público, disponível no site eletrônico www.smbcgroup.com.br. A Diretoria do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. é responsável por todas as informações divulgadas. **Risco de crédito:** O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, a desvalorização dos ativos de crédito, decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. O Risco de Crédito está fortemente relacionado com outros tipos de risco, como o Risco de Mercado e de Liquidez. Estes tipos de riscos, muitas vezes, derivam do Risco de Crédito e podem se manifestar simultaneamente. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito foi implementada nos moldes da Resolução CMN nº 4.557/17, aprovada e revisada, no mínimo, anualmente pela Diretoria do Banco. É representada por uma unidade específica, independente da área de negócios e auditoria e se reporta diretamente à Diretoria do Banco. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pela instituição, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito do Banco está implementada de forma a manter as políticas, procedimentos e sistemas para o monitoramento e controle de risco de crédito de acordo com as regras vigentes, assegurando assim, que o risco de crédito é identificado, mensurado, monitorado, controlado e reportado à Diretoria, de forma a permitir o adequado tratamento do risco como um dos vetores de crescimento e rentabilidade. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito contempla políticas e estratégias claramente definidas e devidamente documentadas e revisadas, estabelecendo limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Diretoria do Banco. As informações relacionadas à Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito do Banco, bem como a responsabilidade da Diretoria pelas informações divulgadas, constam em relatório de acesso público, disponível no site eletrônico www.smbcgroup.com.br. **Gerenciamento de capital:** O gerenciamento do capital é definido como um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Banco; avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeito; e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos do Banco. A estrutura de gerenciamento de capital foi implementada nos moldes da Resolução CMN nº 4.557/17, aprovada e revisada, no mínimo, anualmente pela Diretoria do Banco. A estrutura de gerenciamento de capital está sob a responsabilidade do Departamento de Gerenciamento de Riscos, independente da área de negócios e auditoria e se reporta diretamente à Vice-Presidência do Banco. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pelo Banco, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. Tem como objetivo identificar e avaliar todos os riscos relevantes do Banco de acordo com políticas e estratégias para manter o capital compatível com os riscos incorridos. O Banco no intuito de adotar uma postura prospectiva, e antecipar-se a necessidade de capital, tem estabelecido o Comitê de Novos Produtos e Serviços, com a participação permanente do Departamento de Gerenciamento de Riscos, onde é feita uma análise do produto e/ou serviço antes de sua implantação no Banco. O Banco não adota Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP) segundo Artigo 6º da Resolução CMN nº 4.557/2017. O Departamento de Gerenciamento de Riscos acompanha o comportamento da carteira diariamente, e em caso de discrepâncias, comunica a Alta Administração imediatamente de forma a dar tratamento adequado à adequação de capital. As informações relacionadas à Estrutura de Gerenciamento de Capital constam em relatório de acesso público, disponível no site eletrônico www.smbcgroup.com.br. A Diretoria do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. é responsável por todas as informações divulgadas.

26. EVENTO SUBSEQUENTE

Desde o início de janeiro de 2020, os mercados financeiros globais monitoram e reagem à epidemia de Covid-19 (novo "Coronavírus"). Embora os esforços de contenção iniciados nos países asiáticos tenham ajudado a desacelerar o crescimento do vírus em algumas localidades, no final de fevereiro e no início de março de 2020, os mercados financeiros globais reagiram fortemente à notícia de que o vírus se espalhara para os demais países ocidentais, inclusive no Brasil, fato que acabou se confirmando. A reação dos mercados financeiros globais tem sido bastante negativa, com quedas dos preços das ações, valorização do dólar e queda dos juros dos títulos norte-americanos. A Administração do Banco entende que não haverá impacto financeiro nas Demonstrações Financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2019 como resultado deste evento subsequente e, está monitorando os desenvolvimentos relacionados ao coronavírus e coordenando sua resposta operacional com base nos planos de continuidade de negócios existentes e nas orientações das autoridades de saúde brasileira e seguindo as melhores práticas gerais de resposta à pandemia. Ressaltando ainda, que é precoce quaisquer estimativa de mensuração de impacto no crescimento e nos negócios do Banco.



BANCO SUMITOMO MITSUI
BRASILEIRO S.A.

C.N.P.J. 60.518.222/0001-22
Associado ao SUMITOMO MITSUI BANKING CORPORATION - Tokyo
Japão - Sede: Avenida Paulista nº 37 - 11º e 12º andares - São Paulo
Fax nº 0xx11 - 3178-8194 - Telefone: 0xx11 - 3178-8000
Ouvidoria: 0800.722.2762 - Sac: 0800.722.0248
www.smbcgroup.com.br

A DIRETORIA

CONTADOR

Wilson Okada - CRC: 1SP/238910-O

RELATÓRIO SEMESTRAL DAS ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA 2º SEMESTRE DE 2019

Introdução: De acordo com o estabelecido em seu Regulamento, compete ao Comitê de Auditoria ("Comitê") zelar pela qualidade e integridade das Demonstrações Financeiras do **Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.** (doravante Banco), pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria externa e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos do Banco. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração do Banco, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, controles internos e **Compliance**, dos assessores jurídicos do Banco e nas suas próprias análises. A KPMG Auditores Independentes é a empresa de auditoria independente contratada para o exame das Demonstrações Financeiras do Banco, preparadas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, e em cumprimento as normas editadas pelo Banco Central do Brasil. A Auditoria Interna tem sua atuação voltada para temas que representam potencial de risco mais elevado e para a avaliação dos sistemas de controles internos e gerenciamento de riscos, oferecendo, ao Comitê, uma visão crítica da qualidade dos processos e do monitoramento dos riscos. **Atividades do Comitê:** Em sessão realizada em 25 de março de 2020 em conjunto com nossos auditores internos e externos foram apresentados os trabalhos de revisão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 realizados pela equipe da KPMG Auditores Independentes. Em seu encerramento, foi recomendada a aprovação das demonstrações financeiras por parte de nossos auditores externos e o Comitê de Auditoria considerou apropriada sua qualidade para oficial divulgação. **Sistema de Controles Internos e Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas:** Os relatórios requeridos pelos reguladores e preparados pelo Corporate Affairs & Compliance Department concluíram que o Sistema de Controles Internos do **Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.**, está adequadamente estruturado para garantir o efetivo gerenciamento dos riscos, das operações e dos sistemas que geram os relatórios financeiros. Dentre os apontamentos realizados pela Auditoria Interna e os relatórios elaborados pela auditoria externa e pelo Corporate Affairs & Compliance Department não indicaram descumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que pudessem colocar em risco a continuidade das operações do **Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.** O sistema de controles internos do Banco vem sendo aprimorado continuamente e os procedimentos já implementados, bem como aqueles ainda

estão em fase de implantação, são compatíveis com o porte e a complexidade das operações. **Auditoria Externa:** O Comitê mantém, diretamente e/ou indiretamente através de seu Membro Técnico, um canal de comunicação regular com os auditores externos para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das Demonstrações Financeiras. Com base na avaliação procedida e nas informações fornecidas pela própria KPMG Auditores Independentes, o Comitê não identificou situações que pudessem afetar a objetividade e a independência da auditoria externa. O Comitê avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas pela auditoria externa, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das Demonstrações Financeiras. **Auditoria Interna:** O planejamento estratégico e tático da Auditoria Interna e a análise dos aspectos relativos à estrutura, recursos, desenvolvimento profissional, responsabilidades, independência, objetividade, execução e conclusão dos trabalhos foi analisado pelo Comitê de Auditoria. O resultado desse processo não trouxe, ao Comitê, preocupações no tocante aos pontos examinados. A Auditoria Interna através de seus relatórios, não trouxeram ao conhecimento do Comitê, a existência de riscos residuais que pudessem afetar o grau de solidez e a continuidade das operações do Banco. **Demonstrações Financeiras:** O Comitê analisou os procedimentos que envolvem o processo de preparação dos balancetes e balanços, individuais e consolidados, das notas explicativas e relatórios financeiros publicados em conjunto com as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas. Foram, igualmente, examinadas as práticas contábeis relevantes utilizadas pelo Banco na elaboração das Demonstrações Financeiras, verificando-se que estão de acordo com as práticas vigentes no Brasil, e em cumprimento as normas editadas pelo Banco Central do Brasil. **Conclusão:** Este Comitê, fundamentando seu juízo nas ações desenvolvidas e ponderadas suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda a aprovação das Demonstrações Financeiras auditadas do **Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.**, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 25 de março de 2020

COMITÊ DE AUDITORIA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do **Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres

de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2020

**KPMG Auditores Independentes**
CRC 25P014428/O-6
1SP206103/O-4**Carlos Massao Takauti**
Contador - CRC

BANCO SUMITOMO MITSUI BRASILEIRO S.A.

C.N.P.J. 60.518.222/0001-22

Associado ao SUMITOMO MITSUI BANKING CORPORATION - Tokyo - Japão

Sede: Av. Paulista nº 37 - 11º e 12º andares - São Paulo

Fax nº 0xx11 - 3178-8194 - Tel.: 0xx11 - 3178-8000 - Ouvidoria: 0800.722.2762 - Sac: 0800.722.0248

www.smbcgroup.com.br



**BANCO SUMITOMO MITSUI
BRASILEIRO S.A.**